

Claro Brasil

Alívio paulatino

- 4 SET 1995

JORNAL DA TARDE

Paulatina e cautelosamente. É assim que o governo vai aliviando o aperto que impôs ao crédito nos últimos meses, para reduzir a demanda e afastar o risco de aceleração da inflação. As decisões relativas ao crediário aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) na semana passada estão na direção reivindicada por industriais, comerciantes e sindicalistas, que, temendo a recessão, vêm pedindo ao governo medidas que estimulem a atividade econômica. Mas ficaram muito aquém daquilo que a maioria esperava. O governo optou por um alívio milimetricamente dosado.

Entre outras decisões do CMN estão a redução de 18% para 15% da tributação sobre financiamentos em geral (os financiamentos de imóveis foram os mais beneficiados), a reabertura das operações de *leasing* de automóveis para determinados tipos de usuários e a extensão para 31 de julho do prazo de vencimento das dívidas de pessoas físicas que podem ser renegociadas. Mas, ao contrário do que se esperava, o CMN não estendeu o prazo de crédito ao consumidor e dos consórcios, nem reduziu os compulsórios que os bancos precisam recolher ao Banco Central.

O fato de as decisões terem exigido dois dias de reuniões do CMN e, mesmo assim, terem sido consideradas tímidas mostra que o governo ainda não está inteiramente convencido de que a queda da atividade econômica já chegou a níveis preocupantes.

É sabido que uma parte da equipe econômica considera que as medidas aplicadas de setembro do ano passado até abril deste ano para evitar o aquecimento excessivo do consumo já produziram os efeitos que delas se podiam esperar. Mantê-las por mais tempo, por isso, implicaria custos econômicos e sociais desnecessários. Melhor, portanto, seria aliviá-las mais rapidamente.

Outra parte, porém, continua a interpretar as queixas cada vez mais freqüentes e generalizadas de empresários e sindicalistas como improcedentes, pois

não estariam refletindo a realidade da economia. Além disso, os que, no governo, assim pensam temem que o alívio mais rápido das restrições ao crédito, quando já está clara a tendência de queda, também gradual, dos juros internos, poderia provocar uma nova onda de euforia de consumo que, a partir de outubro, se sobreporia ao natural aumento de vendas decorrente do Dia das Crianças e das compras de fim de ano.

Alguns importantes indicadores de atividade econômica, como o Indicador de Movimentação Econômica (Imec), calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas para o jornal **O Estado de S. Paulo**, e o Indicador do Nível de Atividades (INA), da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), mostram queda acentuada nos últimos tempos. A Fiesp chega a prever "demissões em cascata" — a partir dos cortes feitos pela indústria automobilística — nos próximos meses.

Há, porém, segmentos que apresentam desempenho extraordinariamente positivo. A principal fabricante brasileira de geladeiras, que responde por mais de 80% do mercado, registrou em julho, mês de vendas geralmente baixas, a comercialização de 200 mil unidades, mais do que as vendas de janeiro, no pico do verão. Cresce também o volume de vendas no comércio varejista. Dados preliminares da Federação do Comércio do Estado de São Paulo indicam que, em agosto, as vendas físicas cresceram de 15% a 20% em relação a julho, mas o faturamento deve ter sido 10% menor. Ou seja, as lojas baixaram os preços, fizeram liquidações, sacrificaram a margem de lucro, e conseguiram aumentar as vendas. Isso foi bom para o consumidor e ajudou a manter a inflação em níveis baixos.

Pode ser que ainda haja margem para queda maior nos preços. E deve ser nisso que estão apostando os que, na equipe econômica, consideram prematuro um alívio mais rápido no crédito.